

JOURNAL OF DEMOCRACY

EM PORTUGUÊS

Volume 14, Número 1, Abril de 2025

TRADUÇÕES

Quando a maioria deve governar?

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt

A era de contrarreforma da China

Carl Minzner

O México está à beira do autoritarismo?

Azul A. Aguiar Aguilar, Rodrigo Castro Cornejo e Alejandro Monsiváis-Carrillo

Crise climática: Resistindo à tentação autoritária

Nomi Claire Lazar e Jeremy Wallace

Crise climática: Uma estranha defesa da governança democrática

Elisabeth Ellis

ARTIGOS INÉDITOS

Uma nova ordem global nas políticas digitais?

Francisco Brito Cruz e Danyelle Reis Carvalho

Os cinquenta anos das relações do Brasil com a África lusófona: Política, democracia e direitos humanos

Danilo Marcondes



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Sorj

Sergio Fausto

TRADUÇÃO Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA Otávio Dias
Beatriz Kipnis

REVISÃO DE DIAGRAMAÇÃO Felipe Martins

DIAGRAMAÇÃO Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 14,

Número 1, São Paulo, Abril de 2025

Plataforma Democrática

ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso

Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000

www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br



São Paulo (Sede)

Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro

São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000

tel: +55 (11) 3359-5000

[contato@plataformademocratica.org](mailto: contato@plataformademocratica.org)

PERIODICIDADE: Semestral

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.

CRISE CLIMÁTICA

Resistindo à tentação autoritária

Nomi Claire Lazar e Jeremy Wallace

Nomi Claire Lazar é professora da Escola de Pós-Graduação em Assuntos Públicos e Internacionais da Universidade de Ottawa. **Jeremy Wallace** é professor de Estudos sobre a China na Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins.

Os desastres “naturais” sem precedentes da era climática desafiam não apenas a resiliência individual e comunitária, mas também a resiliência institucional. Os governos têm sido lentos em responder às mudanças climáticas, lentos em prevenir mais danos à nossa atmosfera e lentos em se preparar para o que está por vir. Diz-se às vezes que os governos democráticos têm sido os piores em todas essas tarefas. Integrar as realidades econômicas, sociais e políticas imediatas da produção e consumo de energia com imperativos complexos e orientados pela ciência é um desafio difícil, senão impossível, e alguns sustentam que os governos baseados em ampla discussão e consentimento livre não são adequados para isso. De fato, os fracassos das democracias e das instituições democráticas em enfrentar os desafios climáticos levaram alguns estudiosos e ativistas a questionarem se a democracia é funcional nessa nova realidade. Alguns até têm apoiado publicamente respostas autoritárias — talvez temporárias, talvez não — à crise climática.

* Publicado originalmente como “Resisting the Authoritarian Temptation”, *Journal of Democracy*, Volume 36, Number 1, January 2025, © 2025 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

Argumentamos que esse apoio é equivocado. A democracia, na verdade, possui recursos únicos que a tornam melhor, não pior, do que o autoritarismo para lidar com emergências e crises. Devemos resistir aos apelos por soluções antidemocráticas para os problemas relacionados ao clima. A centralidade da questão energética para o problema climático realmente representa desafios genuínos em contextos democráticos, mas o autoritarismo não é a resposta. No entanto, tanto a teoria quanto a prática nos acostumaram a esperar que crises e maiores concentrações de poder andem de mãos dadas, o que pode ajudar a explicar por que o autoritarismo parece atraente para alguns.

No entanto, os apelos ao ecoautoritarismo baseiam-se em confusões empíricas, conceituais e normativas: as alegações de que os sistemas autoritários são melhores em lidar com os problemas climáticos são falhas. Elas ignoram evidências e superestimam o autoritarismo enquanto subestimam a democracia. Os recursos especiais que as democracias e apenas as democracias podem trazer à questão das mudanças climáticas merecem ser explicitados, e a maior (não reduzida) relevância que os pontos fortes da democracia assumem em tempos de crise e emergência merece ser mais amplamente estudada e apreciada. À medida que enfrentamos o caminho à frente, a democracia continua sendo essencial. Renunciar ao autogoverno pela falsa promessa da superioridade autoritária seria um grave erro.

Após um século de consenso de que a democracia é o sistema político menos ruim, o desafio climático fez com que alguns duvidassem disso. Certamente, poucos chamariam o histórico climático da democracia de adequado. Mesmo onde as tecnologias de energia sustentável são comercializadas e estão disponíveis, sentimentos populares fortes, mas divergentes, e interesses poderosos podem resultar em polarização e impasse político. Essa situação complexa e perigosa faz sentido se reconhecermos que estamos tão implicados em nossa situação energética quanto no capitalismo.

Os habitantes dos países ricos têm acesso tão fácil e amplo à energia que paramos de notar a dramática reorientação da existência humana que nossas vidas intensivas em consumo de energia representam. A queda de longo prazo no custo da iluminação, por exemplo, efetivamente nos proporcionou horas extras no dia. Carvão, petróleo e gás reduziram drasticamente os custos de produção de alimentos e combustíveis. A onipresença e confiabilidade da energia fóssil podem nos cegar para a profundidade do desafio que representa garantir a oferta de energia necessária às nossas sociedades sem emitir gases de efeito estufa.

A matriz energética atual, dependente em grande parte dos combustíveis fósseis, define toda a nossa infraestrutura existente e torna mudanças profundas e abrangentes extremamente difíceis. Tome como exemplo um componente principal desse sistema, a rede elétrica. Normalmente, a rede elétrica é a máquina mais complicada que existe, equilibrando instantânea e consistentemente a oferta e a demanda. Levou um século e mais de um trilhão de dólares para construir e expandir a rede elétrica dos Estados Unidos da América. Suas linhas de transmissão percorrem mais de 190 mil quilômetros — uma distância quase cinco vezes maior do que a circunferência da Terra. Uma amostra do que a perda de apenas uma dimensão dos serviços dessa rede pode fazer a uma comunidade ocorreu quando tempestades de inverno atingiram o Texas em fevereiro de 2021, causando apagões que contribuíram para mais de duzentas mortes e custaram, segundo a estimativa do operador do estado norte-americano, entre US\$ 80 e US\$ 130 bilhões. Um colapso em grande escala de apenas uma das grandes redes interligadas da América do Norte poderia ser catastrófico, e falhas em outros componentes do sistema de energia poderiam paralisar a vida naquele país. O sistema de energia moderno sustenta a sociedade moderna.

Essas realidades minam a ideia de que podemos traçar uma linha divisória clara entre um *demos*^I amplo, interessado na sustentabi-

I. Do grego *demos*, elemento de formação de palavras que exprime a ideia de povo (N. do E. no Brasil).

lidade, e um conjunto restrito de executivos do ramo de petróleo e outros capitalistas ligados aos combustíveis fósseis que lucram com a exploração de combustíveis intensivos em carbono. A maioria dos indivíduos e organizações possui propriedades que emitem carbono, tem valor de mercado que depende de emissões, ou é vulnerável a impactos relacionados ao clima. Os preços de casas e veículos, fundos de pensões, infraestrutura pública e indústria privada são valorizados pelos serviços que prestam ao longo do tempo, com algum desconto. Desligar esse sistema de energia desorganizará esses valores e fará com que as pessoas disputem por serviços básicos como calefação e transporte. Preocupações com a disponibilidade de energia sustenta planos inteiros de vida em torno de famílias, trabalho, segurança, modos de ser e de estar juntos. Respeitar o *demos* significa reconhecer essa experiência vivida.

A narrativa cativante da “captura da elite”

As narrativas de captura da elite são atraentes porque simplificam o problema, removem a responsabilidade pessoal e têm a aparência de verdade: se uma pequena e poderosa elite energética está controlando o mundo dos combustíveis fósseis e impedindo a agenda climática nos bastidores, então nós, a vanguarda do povo, precisamos apenas assumir o controle e ensinar às pessoas qual é seu verdadeiro interesse. Esse é um canal através do qual o canto da sereia das abordagens autoritárias ao clima se faz ouvir. Uma vanguarda forte pode esmagar a corrupção em uma democracia infestada de interesses e fazer o povo enxergar. Narrativas como essas ignoram as maneiras consequentes e profundamente sentidas pelas quais amplas faixas da população temem ações contra as mudanças climáticas.

Como a maioria das narrativas persuasivas, a captura da elite goza de credibilidade porque é parcialmente verdadeira. As elites do car-

bono procuram proteger seus próprios interesses usando seu poder de maneiras antidemocráticas? Claro que sim. Para alguns, a perspectiva de um afastamento do status quo dependente de combustíveis fósseis é uma ameaça existencial. A indústria do petróleo é um exemplo óbvio, mas não o único. Empresas que querem resistir à mudança para formas de negócio com emissão zero podem invocar a ideologia do “livre mercado”, financiar partidos e candidatos simpáticos aos seus interesses, tentar fazer “*greenwashing*” ao adotar posturas ecologicamente sensíveis, pagar negacionistas das mudanças climáticas, tentar capturar agências reguladoras ou (no extremo mais grosseiro) simplesmente começar a distribuir propinas. Usando canais de elite e de massa, eles agem como esperamos que elites econômicas sob qualquer tipo de regime ajam quando ameaçadas: tentam traduzir poder econômico em poder político. A análise transnacional de Matto Mildenberger sobre as restrições ao que as sociedades democráticas fizeram em relação ao clima observa que os emissores de carbono normalmente desfrutam de “representação dupla”, com interesses tanto à direita (indústria) quanto à esquerda (sindicatos) prontos para ajudar os poluidores a melhorarem seu “acesso ao desenho de políticas climáticas”.¹

Em suma, se as pessoas têm razões para abraçar a ação climática, elas também têm razões para resistir a ela. Elites, em particular, não querem perder um status quo que dominam e têm múltiplos instrumentos de poder para ajudá-las a agir com base em seus medos. As democracias, dada sua preponderância de atores com poder de voto e sua susceptibilidade à desinformação, podem não parecer à altura do desafio político de enfrentar as mudanças climáticas.

Outra camada de dificuldade enfrentada pela ação climática democrática é o domínio do pensamento economicista associado ao neoliberalismo. Essa escola de pensamento concebe a emissão de carbono como o que os economistas chamam de “externalidade”, uma imposição de danos não especificados a terceiros. A solução econômica clássi-

ca para as externalidades é exigir sua internalização. O que estava fora dos livros deve ir para os livros: se o poluidor faz a comunidade arcar com os custos na forma de impactos negativos à saúde, maiores riscos de danos, prêmios de seguro mais altos, mais dinheiro público gasto em descontaminações e assim por diante, então o poluidor deve pagar mais por suas emissões. Tornar as emissões mais caras — “precificando” as externalidades, como dizem os economistas — deve reduzir as emissões. De acordo com esse quadro teórico, impostos sobre o carbono ou sistemas de comércio de emissões parecem a solução climática eficiente. No entanto, a precificação do carbono tem se mostrado politicamente intragável, como mostram seus repetidos fracassos em partes dos EUA. E mesmo quando foi implementada, a precificação do carbono muitas vezes não foi capaz de reduzir significativamente as emissões, com a feliz exceção do Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia (iniciado em 2005).

As preocupações empíricas levantadas por essas tensões e fracassos políticos são amplificadas quando consideramos a teoria democrática. Elisabeth Ellis^{II} argumenta que os problemas ambientais “colocam em destaque as tensões inerentes à teoria democrática convencional” e apresentam “à teoria democrática três desafios cruciais: paternalismo, irreversibilidade e problemas de escopo”.² O desafio do paternalismo surge quando os problemas ambientais têm “respostas certas” que o *demos* se recusa a aceitar. A irreversibilidade é o iminente “ponto de não retorno”: uma vez que um ecossistema é destruído, uma espécie se extingue ou se atinge um ponto de inflexão, as coisas não podem ser desfeitas. As decisões tomadas hoje afetam as gerações seguintes. As condições de escopo referem-se a desalinhamentos entre onde as decisões são tomadas e onde seus impactos são mais fortemente sentidos. A emissão de carbono e seus efeitos não respeitam fronteiras.

II. Elisabeth Ellis, professora de filosofia e diretora do Programa de Filosofia, Política e Economia na Ōtākou Whakaihu Waka/Universidade de Otago (Nova Zelândia), é autora da outra tradução sobre crise climática publicada nesta edição (N. do E. no Brasil).

Como estamos tão implicados no sistema energético quanto no capitalismo, é difícil para muitos conceber e abraçar uma vida livre de combustíveis fósseis. Como resolver desafios técnicos também implica resolver desafios democráticos e como as elites podem capturar instituições democráticas, mudar para políticas positivas para o clima em sociedades democráticas é uma luta árdua.

Tentações autoritárias

Dante das dificuldades da democracia, duas narrativas impulsionam as tentações ecoautoritárias. Primeiro, quando um senso de urgência sobre o clima confronta as complexidades da política, torna-se fácil culpar a intransigência democrática. Não seria um governo menos sobrecarregado pelas demandas de discussão e consentimento mais ágil para resolver o problema climático? Essa narrativa identifica o problema como a falta de poder unitário e focalizado, capaz de contornar os freios e contrapesos democráticos.

Segundo, se a captura da elite impulsiona os fracassos climáticos das democracias, isso pode alimentar uma das narrativas clássicas de legitimação do autoritarismo: as pessoas boas e nobres querem ação climática (mesmo que ainda não saibam), mas empresas de combustíveis fósseis gananciosas e nefastas, com políticos em seus bolsos, estão bloqueando o progresso. Para combater o poder sombrio da elite, o povo precisa de um campeão, um líder que possa tomar medidas fortes em seu nome e, assim, promover seu verdadeiro interesse. Essa narrativa identifica o problema como instituições doentes que devem ser evitadas.

Ambas as narrativas convidam a respostas que vão do populismo ao autoritarismo. Elas podem variar em gravidade desde (no extremo mais leve) declarações simbólicas de emergência climática até declarações reais e legais de estados de emergência temporários e (no extremo mais pesado) apelos a poderes permanentes de estado de emergência.

As versões mais provisórias pedem declarações simbólicas (não legais) de emergência climática. Os ativistas climáticos têm feito de declarações momentos decisivos na retórica: uma declaração cria um quadro de “conosco ou contra nós” que pressiona os líderes, enquanto dá aos ativistas uma saída emocional e racional. Para aqueles que veem o problema climático da democracia como “elites distorcendo os fatos”, declarações simbólicas proporcionam uma vitória fácil e satisfatória sobre essas elites, enquanto educam as pessoas sobre seu verdadeiro interesse.

Uma promessa que sai de maneira semicoagida da boca dos políticos pode, no processo político, ter pouco impacto final. E a política climática nesse quadro populista pode preparar o terreno para respostas ecoautoritárias aos problemas climáticos. Independentemente da sabedoria ou dos efeitos das declarações oficiais sobre a emergência climática, quando os líderes são instados a emiti-las, acham difícil dizer não. No momento em que este artigo foi escrito, no final de 2024, ao todo, 2.364 governos em vários níveis haviam declarado emergências climáticas.

Para alguns, essas vitórias simbólicas estão longe de ser suficientes. Em vez disso, os fracassos da democracia exigem um remédio mais forte e sustentado: ação climática por *diktat*^{III} executivo fundamentada em poderes formais de emergência. “As mudanças climáticas requerem ação imediata”, argumenta o professor de direito Mark Nevitt, “e as autoridades legais de emergência fornecem autoridade imediata e substantiva que pode abordar a atual crise climática. [...] As autoridades legais tradicionais e uma abordagem de ‘business as usual’ não serão suficientes”.³ Outros defendem a rejeição total da governança democrática. Andreas Malm, que é intencionalmente provocador, mas está longe de ser o único, anuncia o fim das esperanças

III. Decisão ou determinação imposta por meio da força, esp. em relações internacionais (N. do E. no Brasil).

social-democratas e quer uma resposta leninista revolucionária à catástrofe climática:

*A social-democracia trabalha com a suposição de que o tempo está do nosso lado. Deve haver muito dele. Então, pode-se avançar lentamente em direção à boa sociedade, passo a passo incremental, sem ter que enfrentar de frente o inimigo de classe e esvaziar seu poder; ele se esvaziará gota a gota. Mas se a catástrofe acontece, e se é o status quo que a produz, então o calendário reformista é destruído.*⁴

Outros veem a governança autoritária como um próximo passo lamentável, porém necessário. As mudanças climáticas prometem catástrofe política, afirma Ross Mittiga, e isso justifica quaisquer meios razoavelmente considerados úteis para evitá-las — desde que não causem outra catástrofe. Ao não prevenir as mudanças climáticas, a democracia perdeu sua legitimidade “fundamental” — a legitimidade básica que vem da proteção da vida — e recuperá-la pode exigir uma guinada autoritária.⁵

Mittiga alega sucessos autoritários na mitigação das mudanças climáticas e os contrasta com o histórico de fracassos da democracia no mesmo campo. Ele acredita que, dados os perigos mortais e a pequena janela de tempo envolvida, se “aderir a [...] [direitos e liberdades] provar-se incompatível com a resposta eficaz à crise climática, então a legitimidade política pode exigir a adoção de uma abordagem mais autoritária”.⁶ Ele quer o governo de especialistas — uma epistemocracia climática — que teria poder formal para limitar o discurso céítico em relação ao clima e impedir que pessoas com visões climáticas pouco ortodoxas ocupem cargos. Notavelmente, Mittiga sugere que entre as políticas climáticas úteis que o governo autoritário tornaria possíveis estão aquelas que “limitam a reprodução”.⁷

Dados os fracassos climáticos das democracias e a ampla aceitação das narrativas populistas que opõem o “grande petróleo” ao “povo”,

não é surpreendente que alguns vejam com bons olhos a ideia do autoritarismo climático. O movimento ambientalista, afinal, há muito tempo flerta com práticas autoritárias, talvez mais preocupantemente em relação à população. Quando a *Science* (o prestigiado periódico semanal revisado por pares da Associação Americana para o Avanço da Ciência) publicou o influente, mas problemático ensaio de Garrett Hardin, “Tragédia dos Comuns”, em 1968, seus subtítulos incluíam “A liberdade de procriar é intolerável”, tornando transparentes as inclinações autoritárias da ética de Hardin.⁸ Paul e Anne Ehrlich publicaram *The Population Bomb* [A bomba populacional] no mesmo ano, e o *Limites do crescimento* do Clube de Roma seguiu em 1972.⁹ Depois de exposto a esses argumentos, o engenheiro aeroespacial Song Jian pressionou pela política de filho único da China, argumentando que, sem ela, o país cairia em um desastre malthusiano.¹⁰ No entanto, a diminuição da taxa de fertilidade da China é mais bem-explicada pelo crescimento econômico, enquanto os custos humanos da política do filho único — abortos forçados e esterilizações — são bem conhecidos. O aceno de Mittiga ao controle populacional tem um traço de homem-forte.

Resistindo às sereias autoritárias

Existem fortes razões para resistir ao canto das sereias do autoritarismo climático, seja ele temporário como “governo de emergência” ou mais duradouro. Embora a crise climática certamente exija atenção, os autoritários contam com múltiplas confusões ao defender seu argumento. Eles confundem “crise” com “emergência” e a ideia de declarar democraticamente uma emergência legal com governança autoritária. Além disso, ignoram as evidências empíricas que contradizem as alegações de eficácia autoritária. Não há razão para duvidar da gravidade ou da iminência da situação climática, mas há amplas razões para duvidar que o autoritarismo possa ser a resposta certa para ela.

Mittiga e outros defensores do autoritarismo climático afirmam que os fracassos climáticos minam a legitimidade democrática. A governança autoritária — presumivelmente mais eficaz — pareceria mais legítima. Mas, na verdade, os fracassos climáticos autoritários são ainda piores.

Estranhamente, Mittiga reconhece isso em uma nota de rodapé na primeira página de seu artigo de agosto de 2022 na *American Political Science Review*. Ele cita pesquisas que mostram que os Estados democráticos fazem mais do que os autoritários para combater as mudanças climáticas. Cada um dos quatro artigos que ele lista fornece evidências de que as democracias — particularmente aquelas com baixa corrupção — são mais ativas do que as não democracias quando se trata de combater ou mitigar as mudanças climáticas.¹¹ Isso torna a ação climática lenta nas democracias não menos frustrante, mas enfraquece qualquer tentativa de afirmar que o autoritarismo é preferível.

A réplica pode ser: “Os sistemas não são a questão; não é o autoritarismo em si que conta, mas sim quem está no comando. A pessoa certa no comando faria a diferença”. Mas como o poder encontrará seu caminho até as “mãos certas”? Os ativistas climáticos discordam entre si sobre o que é necessário, e as apostas seriam altas: há ecofascistas e anarquistas verdes que veem a morte em massa ou o fim da ordem mundial como um momento de purificação, uma consumação ardente desejada.¹² As medidas de crise climática decretadas por nosso novo governante autoritário incluirão o despovoamento seletivo? Genocídio e programas de reprodução podem ser temidos como ameaças vindas da direita, mas a esquerda não está isenta de seus próprios ódios e tendências ao primitivismo.

Mas, mesmo que pudéssemos instalar o ditador de nossa escolha, qual garantia haveria de que esse ditador pudesse manter o poder? Momentos depois, pessoas com outras ideias do que a humanidade precisa estariam trabalhando desesperadamente para tomar esse po-

der. Sem a democracia constitucional como proteção, as disputas pelo poder tornam-se literalmente existenciais. A democracia entende que (parafraseando o que o poeta Rainer Maria Rilke disse sobre os sentimentos) “nenhum poder é final”. Os sistemas liberais-democráticos existem para manter a luta contínua pelo poder pacífica e legal, em vez de sangrenta e caótica.

Não há boas evidências que sugiram que regimes com características autoritárias sejam melhores na resposta climática — e mesmo que fossem, as sereias climáticas negligenciam por nossa conta e risco a importância das democracias constitucionais como gestoras da temporalidade política: as democracias facilitam a política como um processo contínuo. Sempre há a próxima eleição, a próxima rodada de políticas, revisão judicial e apelação, mais tempo. Política, poder e políticas públicas continuam em marcha, diminuindo as apostas de visões concorrentes sobre o bem.

Os autoritários aspiram ser o *governo* final, o último poder, então se barricam: controlando os fluxos de informação, silencian- do não apenas os inimigos, mas até mesmo os apoiadores. Mesmo quando esses métodos funcionam e mantém o regime, eles isolam os líderes do feedback crítico (em ambos os sentidos). Políticas são adotadas na ignorância e sem o devido escrutínio, e fracassam. Onde essas medidas de segurança não funcionam, encontramos uma espiral negativa de disputas para ser o último. A contestação política sobre políticas climáticas não cessará com a conquista do poder concentrado. Apenas se tornará mais sangrenta. Qualquer política de “ultimidade” é, em última análise, uma política de morte.

Normalizar os poderes de emergência é como deixar uma arma carregada sobre a mesa. Qualquer pessoa com uma causa pode pegá-la. Hoje, os poderes servem à nossa causa, mas a quem eles servirão amanhã?

E se a governança climática autoritária for temporária? Isso oferece uma solução para o problema? Visto que todas as democracias constitucionais têm poderes de emergência, por que não os usar para enfrentar as mudanças climáticas, mantendo a democracia em segundo plano? Essa é a sugestão de Nevitt. Usar poderes de emergência constitucionais ou legais adicionaria a força necessária ao Executivo, nessa visão, e o faria sem o risco de um regime autoritário em grande escala.

Essa abordagem enfrenta inúmeros problemas. Notavelmente, os poderes de emergência são justificados — muitas vezes a lei deixa isso explícito — apenas quando estritamente necessários. E são necessários apenas quando as situações são: 1) urgentes e perigosas, tornando a resposta necessária; e 2) súbitas e temporárias, significando que a legislação normal é impossível ou inadequada (as medidas devem ser implementadas com base na emergência). Os poderes legais de emergência existem para preencher lacunas ocasionais: eles permitem que os Estados protejam rapidamente a segurança pública usando meios que normalmente não estão disponíveis. Portanto, mesmo que o desafio climático atenda ao primeiro critério, pode falhar no segundo. A situação climática é urgente e perigosa, mas não é súbita e temporária. Há tempo para fazer leis. Assim, a rejeição dos autoritários climáticos à governança normal devido à situação climática não se baseia na crença de que a democracia não possa fazer isso, mas na crença de que ela não fará isso. Na ausência do critério de necessidade, trata-se, no fundo, de uma recusa da democracia.

Além disso, aqueles que defendem o uso de poderes de emergência para enfrentar a crise climática esquecem que — ao contrário das caricaturas de emergência popularizadas pelo jurista nazista Carl Schmitt e pelo teórico literário Giorgio Agamben — os poderes de emergência são na verdade geridos por todos os ramos do governo, não apenas pelo Executivo. Na lei e na prática, os poderes de emergência tornam a ação ágil apenas dentro das redes de responsabilidade formal

e informal: formalmente, o consentimento legislativo é normalmente necessário e a supervisão judicial entra em jogo de várias maneiras. A deliberação democrática permanece em uma emergência; apenas sua ordem muda: agir primeiro, depois deliberar para ratificar e revisar. Exigir que o governo apresente razões para suas ações não é obliterado pela emergência. As medidas de emergência estão, portanto, sujeitas a restrições informais de aprovação ou condenação pública. Perguntas serão feitas e, em última instância, os eleitores decidirão.

Mesmo em caso de emergência, a responsabilidade formal e a responsabilidade informal trabalham juntas para facilitar o que David Dyzenhaus chama de “projeto de Estado de direito”.¹³ Essas salvaguardas são precisamente o que diferenciam os poderes de emergência em democracias constitucionais do autoritarismo. Usar poderes de emergência para contornar o Estado de direito (formal e informal) é buscar um governo autoritário, não uma governança democrática de emergência.

É inherentemente antidemocrático usar poderes de emergência para contornar a vontade do povo, por mais equivocado que alguém possa acreditar que o povo esteja. Aqueles que defendem o uso de poderes legais de emergência para contornar a hesitação democrática estão ignorando as lições de Weimar. Levados ao limite pelo fracasso das políticas democráticas, os líderes da República de Weimar da Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial invocaram repetidamente poderes presidenciais de emergência. Métodos autoritários de formulação de políticas passaram a parecer tão normais — e a democracia tão desacreditada — que o caminho foi facilitado para que Hitler substituisse as salvaguardas constitucionais por poderes de emergência quando o Reichstag foi incendiado em 27 de fevereiro de 1933. A pedido dos nazistas, o presidente alemão Paul von Hindenburg emitiu seu “Decreto do Incêndio do Reichstag” no dia seguinte ao incêndio criminoso, suspendendo liberdades civis essenciais e direitos democráticos básicos. O caminho para a tomada total do poder por Hitler estava claro.

Normalizar os poderes de emergência para contornar falhas democráticas não é apenas errado em si, mas abre a porta para mais problemas. Os poderes de emergência impostos pelo Estado devem ser reservados *para emergências*. Normalizar esses poderes é como deixar uma arma carregada sobre a mesa. Qualquer pessoa com uma causa pode pegá-la. Hoje, os poderes servem à nossa causa, mas a quem eles servirão amanhã?

“Certamente”, alguns podem retrucar, “a situação climática é urgente. As pessoas precisam acordar”. Essa é a lógica por trás do movimento para que jurisdições e organizações declarem “emergências climáticas”. O objetivo é retórico: chocar o público para a ação. Essa tática gera grande confusão com efeito limitado e muitas vezes negativo.¹⁴ Declarações simbólicas de emergência climática são precisamente isso. Elas chamam a situação climática de emergência, mas normalmente não se originam das autoridades competentes e carecem de substância legal. Ter duas coisas chamadas “declarações de emergência” — uma das quais significa que um governo pode prendê-lo e confiscar seus bens enquanto a outra meramente tenta chamar sua atenção para uma questão séria — é imprudente.

Mesmo que a retórica da emergência faça alguns cidadãos prestarem atenção, seu uso frequente corre o risco de reduzir o fator de choque que os governos precisam para o cumprimento da segurança quando o incêndio florestal alimentado pelas mudanças climáticas salta a estrada ou o rio inundado pela tempestade transborda suas margens. Os desafios climáticos estarão conosco por um longo tempo, e em formas mutáveis, possivelmente difíceis de prever. Habituar as pessoas à retórica da emergência climática tornará mais difícil lidar com os perigos climáticos e aumentará o risco de mais mortes e danos. Já existem cidadãos que resistem às ordens de evacuação de incêndios florestais, alegando que elas constituem abusos do poder estatal. Normalizar a conversa de emergência é um erro estratégico com consequências mortais.

Para aqueles que insistem que a situação climática realmente é uma emergência e que devemos responder a ela como tal, perguntamos: é, mesmo? Certamente, a situação climática representa uma ameaça enorme e urgente à vida e aos modos de vida, tanto nossos quanto de outras espécies. Mas esse uso de emergência confunde seu conceito legal com o conceito retórico de crise. É fácil cair no grande erro de presumir que uma emergência difere de uma crise apenas em grau, com a primeira sendo apenas uma forma mais grave da última. Embora a urgência e a importância moral sejam ingredientes-chave da retórica da crise, eles são ingredientes necessários, mas não suficientes, de uma emergência pública.

Primeiro, a emergência no sentido politicamente saliente é uma construção técnica e legal, enquanto as crises são sempre construções retóricas. Uma crise é construída em duas etapas. Primeiro, é declarada uma ameaça a valores fundamentais. O fato de os humanos quererem viver na Terra com conforto, civilidade e relativa segurança torna o desafio climático uma crise. Em segundo lugar, é designado um ponto de inflexão. A mudança é uma constante, mas uma crise é um ponto de não retorno, uma bifurcação na estrada: um caminho leva de volta à ordem, o outro segue para um precipício. À medida que a bifurcação da estrada se aproxima, o discurso de crise pode servir a um propósito, semeando desconforto, urgência e tensão. O precipício iminente exige ação agora. O quadro de crise constrói o momento como a última curva, a última chance, a última mudança.

Qualquer pessoa pode construir uma crise retoricamente. Então, uma crise construída retoricamente pode persistir na ausência de decisão, na ausência de ação, mesmo na ausência de qualquer possibilidade de decisão ou ação. A ação pode ser urgentemente necessária, mas, por uma série de razões, não acontece: a crise é complexa demais, ou as ferramentas estão lá, mas não a vontade política. Às vezes, a inação pode ser devido a divergências políticas sobre valores.

A emergência é diferente. No sentido legal, uma emergência surge apenas por meio de uma decisão tomada pela autoridade competente, além de uma proclamação que atenda a critérios legais específicos. Uma crise pode ser comparada a uma declaração de amor, enquanto uma emergência é como um contrato de casamento. O primeiro transmite um entendimento moral de uma situação e pode estabelecer deveres morais. O segundo altera poderes e restrições por lei.

Como observado acima, uma emergência requer uma constatação, pelas autoridades competentes, de necessidade. Uma emergência pública é definida em parte pela impossibilidade de resolver a situação por meios normais, juntamente com uma chance razoável de que a situação possa ser resolvida se o governo recorrer a meios legais especiais. Este critério de necessidade é uma parte inerente da lei de emergências.

Para justificar os poderes de emergência, é preciso ter uma expectativa razoável de que a declaração possa fazer a diferença e de que a jurisdição que declara a emergência pretenda agir usando esses poderes. O fato de que nem todas as ameaças públicas, nem todas as crises, são emergências públicas *não* é uma declaração sobre sua relativa seriedade. Em vez disso, reflete a realidade de que nem todas as ameaças exigem a invocação dos poderes públicos extraordinários que um estado de emergência permite.

Considere o que tudo isso significa para o autoritarismo climático. Aqueles que buscam uma ação de emergência, seja a curto ou longo prazo, devem justificar a mudança para poderes de emergência alegando uma expectativa razoável de que a mudança possa ser eficaz. Para estabelecer a razoabilidade, precisaríamos de evidências de que, por exemplo, as complexidades da produção, distribuição e uso de energia podem ser gerenciadas por meio de poderes de emergência com um grau de eficácia que não pode ser obtido usando poderes governamentais comuns. Além disso, como o clima é global, qualquer

solução pode depender do mundo inteiro (ou de grande parte dele) puxando na mesma direção. Para vencer as mudanças climáticas, a política energética deve mudar de maneira ampla: nenhum recurso estatal à governança climática autoritária poderia ser justificado com base na necessidade, a menos que todos os Estados (ou pelo menos os principais) seguissem esse caminho.

Esse critério de necessidade significa que a emergência — e ainda mais, o autoritarismo climático — não pode ser justificada onde há tempo para fazer leis normalmente. Os limites temporais da emergência são definidos pela necessidade funcional. Mas uma crise não precisa ter limites temporais: é uma coisa permanentemente elástica que pode existir à parte de qualquer possibilidade, muito menos necessidade, de solução. A crise constrói retoricamente o problema, para o qual a emergência é apenas às vezes uma solução parcial. Não decorre do fato de haver uma crise climática que haja uma emergência climática.

O sistema menos ruim

Mas e quanto aos desafios reais que a democracia enfrenta ao lidar com a situação climática? Aqui é importante enfatizar não apenas que as acusações contra a democracia foram exageradas, mas que a democracia traz recursos únicos e substanciais que serão críticos para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Destacar essas características é especialmente oportuno, dado o crescente clamor de críticas que tanto populistas quanto tecnocratas estão fazendo contra a democracia constitucional.

Lembre-se da acusação de Ellis de que a política ambiental traz à tona os aspectos mais preocupantes das democracias: paternalismo, irreversibilidade e repercussão jurisdicional. O paternalismo é encontrado na suposição de que os problemas ambientais têm respostas “certas” que o público rejeita. Mas as políticas ambientais não pro-

duzem resultados por decreto. Em vez disso, as políticas devem ser implementadas em um mundo complexo e incerto. Mesmo políticas bem-sucedidas são imperfeitas. A Lei de Espécies Ameaçadas dos EUA é razoavelmente vista como tendo sido responsável por reduzir as chances de extinção, mas entre quatro e vinte e seis espécies listadas foram extintas apesar das proteções da lei.¹⁵ As ações de proteção do habitat, o gasto de dinheiro em monitoramento e o estabelecimento de penalidades não garantem resultados porque externalidades, complexidades ecológicas e prioridades concorrentes permanecem como restrições. A política afeta os resultados, mas não os dita. Isso é verdade não apenas na democracia, mas também sob o governo autoritário. Não importa o quanto concentrado seja o poder de um líder, dar uma ordem não necessariamente a torna realidade.

À medida que a negação desaparece — a negação do comerciante que teme perder negócios, do governador que teme perder votos, da maioria que teme perder um modo de vida —, apenas a democracia possui comprovadamente os recursos para ajudar os cidadãos a descobrirem a melhor forma de equilibrar seus interesses e enfrentar seus medos.

resposta importa. Além disso, modelos probabilísticos não podem ditar diretamente o que fazer a seguir. Mesmo os modelos que oferecem recomendações geralmente apresentam soluções “de menor custo” amplamente moldadas por suposições sobre tecnologias e respostas econômicas. Podemos debater se devemos buscar um nível de emis-

Além disso, a acusação de paternalismo ignora a natureza dos modelos. Considere as alegações de que “a ciência” exige emissões líquidas zero até 2050. Primeiro, essa afirmação ignora a questão dos intervalos de confiança. Todo modelo os tem. Há uma chance de 66% ou 99% de que um determinado nível de emissões manterá o aquecimento abaixo da meta de 1,5 grau até uma determinada data? A

sões ou outro, mas, se decidirmos por um resultado, então devemos deliberar sobre os milhares de possíveis caminhos para atingir esse objetivo e ponderar como cada caminho afetará e será afetado por necessidades concorrentes.

Em segundo lugar, vem a preocupação de Ellis com a irreversibilidade. Mas a irreversibilidade dificilmente é exclusiva da política ambiental sob a democracia. Muitas escolhas políticas criam resultados irreversíveis — políticas de trânsito, programas de saúde e ações militares podem levar a mortes, por exemplo. Em certo sentido, toda escolha política, toda ação, é irreversível. Qualquer alegação de que podemos restaurar as coisas ao seu estado anterior dependerá de como se define o escopo e a unidade da mudança, bem como o que se entende por “antes” e “depois”.

A terceira preocupação de Ellis — as repercussões da política ambiental — é especialmente desafiadora para as democracias. Ditaduras podem apresentar uma cadeia de autoridade mais clara do que Estados democráticos, mas as questões de fronteira e os problemas do agente-principal ainda surgem sob condições não democráticas.¹⁶ Além disso, essas camadas de autoridade na democracia também podem ser aproveitadas para o bem.

A preocupação de Ellis é a seguinte: muitas vezes, uma jurisdição com autoridade para decidir subestima os benefícios totais de um projeto porque eles se acumulam muito além das fronteiras dessa jurisdição. Este é um problema cada vez mais espinhoso com projetos de energia limpa: eles beneficiam a todos ao mitigar as mudanças climáticas, mas podem sobrecarregar as comunidades anfitriãs com custos desproporcionais. Reações fortes do tipo “não no meu quintal”, frequentemente expressas em reuniões de governos locais, podem atrasar projetos.

Uma solução discutida é contornar as autoridades e os residentes locais para acelerar as aprovações. Os defensores argumentam que os for-

muladores de políticas responsáveis por territórios mais amplos podem avaliar prós e contras de maneira mais razoável e rápida. Em alguns casos, argumenta-se, a necessidade de construir rapidamente infraestrutura de mitigação climática supera a perda da voz local, da participação e dos procedimentos democráticos. Além disso, aponta-se que aqueles que falam mais nas reuniões dos conselhos locais raramente são representativos das próprias comunidades. Delegar decisões a uma jurisdição maior reflete mais plenamente um público mais relevante.

Independentemente dos méritos de qualquer reforma específica, o engajamento com as pessoas no terreno é necessário. Onde os projetos não conseguem envolver os moradores locais, com apoio genuíno de baixo para cima, os líderes não aprendem com o conhecimento e a experiência locais e podem enfrentar uma reação negativa e fracassos políticos. Mesmo que certos projetos avancem mais rápido, a transição para a energia limpa em geral pode ser retardada: remova as reuniões do legislativo local da cadeia e os moradores locais preocupados irão aos tribunais, que têm sua própria morosidade e acúmulo de processos. Enquanto isso, outras comunidades podem antecipar o fechamento dos canais participativos, criando maneiras alternativas de paralisar projetos futuros. Apesar da retórica da emergência climática, a mitigação é uma maratona, não uma corrida de velocidade, portanto, é importante encontrar o ritmo ideal.

Como alocar de forma justa os custos e benefícios da descarbonização é uma preocupação real. Ellis destaca corretamente o desafio de gerenciar isso de maneira democrática. A tomada de decisões anti-democrática não pode resolver esses conflitos. Jogar a democracia ao mar para economizar tempo pode, em última análise, *custar tempo*. A democracia facilita o engajamento público sustentado e a adesão que as soluções duradouras devem ter ao seu lado.

A adesão local genuína também é importante porque, especialmente em contextos climáticos, o conhecimento local é importante. Ao tentar

construir, moldar, adaptar e responder, o conhecimento da topografia local, vida selvagem, cultura, história e capacidades — individuais e coletivas — pode fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso.

O acesso ao conhecimento local requer flexibilidade institucional e capacidade de resposta quando as coisas dão errado. Um caso ilustrativo é o da província canadense da Colúmbia Britânica. Em 2015, os esforços da Colúmbia Britânica para lidar com incêndios florestais deixaram de lado a expertise local. Anciões e crianças indígenas também foram maltratados. A Nação Tsilhqot'in pressionou por responsabilização. Mantendo o que a Suprema Corte do Canadá, em uma decisão histórica de 2014, chamou de “título aborígine” de uma porção significativa de seu território tradicional,¹⁷ e tendo vivido nesta terra por milênios, o povo Tsilhqot'in havia lidado com sua parcela de incêndios florestais. A insistência da Nação Tsilhqot'in em responsabilizar o governo provincial ajudou a abrir o caminho para uma nova abordagem de gestão de emergências, com a parceria entre jurisdições.¹⁸

Parcerias entre Primeiras Nações^{IV}, municípios e regiões podem combinar poderes de emergência específicos com a jurisdição mais capaz de exercê-los. Por exemplo, a população local pode ter um entendimento superior de como fazer e executar planos de evacuação, ou como gerenciar incêndios em bolsões locais de floresta. Mas as autoridades provinciais podem estar mais bem posicionados para transportar suprimentos de emergência para onde são mais necessários em toda a província. De acordo com essa legislação, a deliberação, o debate e a comunicação ocorrem com bastante antecedência. Os planos já são acordados e praticados, e, se novos planos forem necessários, há relacionamentos para promover a confiança entre as jurisdições no momento de maior necessidade. Isso dissiparia o argumento usual sobre a necessidade de ação urgente sem deliberação.

IV. Referência a povos originários (N. do E. no Brasil).

As barreiras a políticas climáticas eficazes podem ser mais fruto de problemas *jurisdicionais* complexos do que de problemas *democráticos*? Quais são as repercussões que preocupam Ellis, senão questões de jurisdição desalinhada? Em todos os níveis (prevenção, mitigação, resposta a emergências e recuperação), os problemas climáticos muitas vezes refletem as dificuldades complexas que diferentes jurisdições enfrentam ao tentar fazer com que seus respectivos esforços se combinem em busca do bem comum. Talvez a melhor resposta — embora esteja longe de ser simples — seja incentivar as instituições a serem mais flexíveis e encontrar maneiras criativas de *aproveitar* em vez de suprimir as complexidades que devem navegar. E, como mostra o caso da Colúmbia Britânica, pode ser possível aproveitar as oportunidades jurisdicionais sem a necessidade de mudar constituições antigas e acumular poder jurisdicional. Embora a abordagem da Colúmbia Britânica seja nova e não testada, promete servir como um bom exemplo de como a responsabilidade e a flexibilidade institucional — virtudes de governança nas quais as democracias se especializam — podem levar às melhores respostas aos desafios climáticos em rápida mudança.

Outro ponto a favor da democracia é que ela incentiva os fluxos de informação de que os líderes precisam para desenvolver políticas justas e eficazes em circunstâncias em mudança. Ademais, uma vez que a informação flui, apenas a democracia incentiva ativamente a responsabilidade e a capacidade de resposta, inclusive por meio da flexibilidade institucional. Sistemas autoritários, por outro lado, muitas vezes moldam a ação por meio de medidas simplistas e quantitativas que os atores podem manipular. A falta de responsabilidade torna indivíduos, comunidades e outros valores além das prioridades imediatas do regime mais suscetíveis a serem subjugados ou deixados de lado em nome de objetivos mais amplos.

Na década de 1980, por exemplo, a China pós-Mao acumulou um crescimento do PIB impulsionado pelas exportações — o principal

objetivo do sistema — mas a um custo enorme em poluição, desperdício, corrupção, dívidas ocultas e falsificação. O país possui dispositivos modernos para medir a poluição do ar, mas as autoridades os desligam quando os níveis de partículas aumentam, ou os colocam em áreas limpas. Algumas autoridades locais cortam estratégicamente a energia de suas áreas para reduzir os números de emissões, ou simplesmente manipulam os dados. Sem fluxos de informação de baixo para cima para responsabilizá-los, os administradores locais podem pisar nas pessoas enquanto enganam Pequim, fazendo-a acreditar que está tudo bem. É o pior dos dois mundos: sem responsabilização nem para cima nem para baixo. A transparência é fundamental para uma boa política.

A mudança climática nos confronta com uma situação existencial. Qualquer abordagem bem-sucedida para lidar com ela terá que enfrentar esses dois gêmeos nefastos, inércia e medo. Essas são respostas naturais a uma mudança massiva e imprevisível. Mas, à medida que a negação desaparece — a negação do comerciante que teme perder negócios, do governador que teme perder votos, da maioria que teme perder um modo de vida —, apenas a democracia possui comprovadamente os recursos para ajudar os cidadãos a descobrirem a melhor forma de equilibrar seus interesses e enfrentar seus medos. Soluções impostas sem engajamento democrático são notoriamente frágeis.

Finalmente, um dos principais benefícios da democracia é que a crítica pública e as eleições livres e justas dão aos líderes incentivos poderosos e imediatos para aprender com os fracassos. As democracias superam em muito os regimes autoritários na disseminação de informações precisas para os tomadores de decisão. E as instituições democráticas são flexíveis o suficiente para mudar de rumo conforme as circunstâncias mudam. Na era climática, devemos defender a democracia para que a democracia possa viver para nos defender.

Notas

1. Matto Mildenberger, *Carbon Captured: How Business and Labor Control Climate Politics* (Cambridge: MIT Press, 2020).
2. Elisabeth Ellis, “Democracy as Constraint and Possibility for Environmental Action”, in Teena Gabrielson et al., eds., *Oxford Handbook of Environmental Political Theory* (Oxford: Oxford University Press, 2016), 506.
3. Mark P. Nevitt, “Is Climate Change a National Emergency?”, *UC Davis Law Review* 55 (dezembro 2021): 595.
4. Andreas Malm, *Corona, Climate, Chronic Emergency: War Communism in the Twenty-First Century* (Londres: Verso, 2020), 81.
5. Ross Mittiga, *Climate Change as Political Catastrophe: Before Collapse* (Oxford: Oxford University Press, 2024).
6. Ross Mittiga, “Political Legitimacy, Authoritarianism, and Climate Change”, *American Political Science Review* 116 (agosto de 2022): 998–1011.
7. Mittiga, *Climate Change as Political Catastrophe*, 67, mas ver também 50.
8. Garrett Hardin, “The Tragedy of the Commons: The Population Problem Has No Technical Solution; It Requires a Fundamental Extension in Morality”, *Science*, 162 (dezembro 1968): 1243–48.
9. Paul R. Ehrlich, *The Population Bomb* (Nova York: Ballantine, 1968); Donella H. Meadows et al., *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome’s Project on the Predicament of Mankind* (Nova York: Universe, 1972), https://collections.dartmouth.edu/teitexts/meadows/diplomatic/meadows_ltg-diplomatic.html.
10. Susan Greenhalgh, “Missile Science, Population Science: The Origins of China’s One-Child Policy”, *China Quarterly* 182 (junho 2005): 253–76.
11. A primeira publicação que Mittiga cita é um “diálogo crítico” entre Frank Biermann e John S. Dryzek sobre o livro de Biermann *Earth System Governance: World Politics in the Anthropocene* (2014) e o livro (também de 2014) *Democratizing Global Climate Governance*, que Dryzek escreveu com Hayley Stevenson. A troca

de resenhas e respostas aparece nas páginas 174–78 da edição de março de 2016 de *Perspectives on Politics*. As outras publicações são: Robert Looney, “Democracy Is the Answer to Climate Change”, *Foreign Policy*, 1º junho 2016, <https://foreignpolicy.com/2016/06/01/democracy-is-the-answer-to-climate-change>; Marina Povitkina, “The Limits of Democracy in Tackling Climate Change”, *Environmental Politics* 27 (maio 2018): 411–32; e Dan Coby Shahar, “Rejecting Eco-Authoritarianism, Again”, *Environmental Values* 24 (junho 2015): 345–66.

12. Imogen Richards, Callum Jones, e Gearóid Brinn, “Eco-Fascism Online: Conceptualizing Far-Right Actors’ Response to Climate Change on Stormfront”, *Studies in Conflict and Terrorism*, 18 dezembro 2022, <https://doi.org/10.1080/1057610X.2022.2156036>; Elisa Aaltola, “Green Anarchy: Deep Ecology and Primitivism”, in Benjamin Franks e Matthew Wilson, eds., *Anarchism and Moral Philosophy* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010), 161.
13. David Dyzenhaus, “The Rule of Law Project”, *Harvard Law Review* 129 (abril 2016): 268–73.
14. James Patterson et al., “The Political Effects of Emergency Frames in Sustainability”, *Nature Sustainability* 4 (outubro 2021): 841–50.
15. Noah Greenwald et al., “Extinction and the U.S. Endangered Species Act”, *PeerJ*, 22 abril 2019, <https://peerj.com/articles/6803.pdf>.
16. Jeremy L. Wallace, *Seeking Truth and Hiding Facts: Information, Ideology, and Authoritarianism in China* (Nova York: Oxford University Press, 2022).
17. *Tsilhqot'in Nation v. British Columbia*, 2014 SCC 44, 26 junho 2014, <https://decisions.scc-csc.ca/scc-csc/scc-csc/en/item/14246/index.do>.
18. Jocelyn Stacey, Crystal Verhaeghe, e Emma Feltes, “Nagwedižk’an gwaneš gangu ch’imidžed ganexwilagh (The Fires Awakened Us): Tsilhqot’in Report on the 2017 Wildfires”, Allard School of Law, Universidade de British Columbia, 2019, https://commons.allard.ubc.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=1609&context=fac_pubs.

Criada em 2007 pela Fundação Fernando Henrique Cardoso e pelo Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, a Plataforma Democrática objetiva fortalecer a cultura e as instituições democráticas no Brasil e na América Latina. Desenvolvemos pesquisas, publicações e seminários sobre as transformações da sociedade e da política na região e no sistema internacional, com foco nos desafios à convivência e à governança democrática. Estimulamos o diálogo entre produtores de conhecimento e diferentes atores sociais e políticos, de modo apartidário. Promovemos o aprendizado democrático da cidadania, fomentando uma cultura cívica que valoriza a argumentação e o pluralismo de pontos de vista.

Conheça nossas publicações mais recentes:

Conexão América Latina:

Ensaios sobre as mudanças políticas, culturais e socioeconômicas que afetam a qualidade da democracia na América Latina, quando não sua própria existência.

<https://plataformademocratica.org/publicacoes/#ConexaoAmericaLatina>

Coleção O estado da democracia:

Livros sobre os desafios da democracia no Brasil e no mundo.

<https://fundacaofhc.org.br/publicacao/nacionalismo-e-democracia-na-europa-e-no-brasil/>

<https://fundacaofhc.org.br/publicacao/desafios-do-sistema-politico-brasileiro/>

<https://fundacaofhc.org.br/publicacao/identidades-e-crise-das-democracias/>

Coleção Corações e Mentes:

Projeto de educação cidadã orientada por valores humanistas e democráticos. Produz textos de acesso gratuito para uso escolar com o objetivo de fortalecer os valores e o exercício da democracia.

<https://coracoeselementos.org.br/>